

Relatório de Actividades e Contas 2014

ÍNDICE

PROGRAMAS E PROJECTOS.....6

1. PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2014.....7

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento 7

Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos 10

Guiné-Bissau / Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara 11

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: Comunicação, Capacitação, Advocacia..... 12

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Meninos de rua: inclusão e inserção 15

Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Futuros Criativos – Economia criativa como estratégia de desenvolvimento..... 16

Portugal / Aquele Outro Mundo que é o Mundo – O Mundos dos Media e o Mundo do Desenvolvimento 17

2. PROJECTOS COM FINANCIAMENTO TERMINADO EM 2014 18

Guiné-Bissau / Um Mês de Projectos por Uma Vida com Direitos..... 18

INICIATIVAS DE CONTINUIDADE..... 19

Portugal / Alfabeto do Desenvolvimento..... 19

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Vozes de Nós – a exposição..... 20

Portugal / Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento..... 21

PARTICIPAÇÃO NOUTRAS INICIATIVAS 22

Campanha “STOP aos Tratados Transatlânticos” 22

Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil 23

Encontro da Sociedade Civil sobre as Relações Europa-África: Que futuro comum? 23

Campanha contra a entrada da Guiné Equatorial na CPLP..... 23

A Agenda Pós-2015 e a CPLP 24

A ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD25

Participação na Direcção da Plataforma e Coordenação do Pelouro da Comunicação 25

Coordenação do Grupo Aid Watch 26

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO .. 28

ACEP – Há 25 anos na procura de novos caminhos 29

Cantos do Sul – as sugestões de leitura da newsletter da ACEP 29

OS RECURSOS DA ACEP 34

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.... 36

ACEP 2014

Em 2015 a ACEP assinala 25 anos de actividade, um projecto de intervenção que vem procurando contribuir para dar algum sentido ao mundo em que vivemos – o nosso “Estar aqui. Numa época e num local preciso”, de que falava Nadine Gordimer, a escritora sul-africana no discurso do prémio Nobel, em 1991.

Nos últimos meses de 2014 começámos já um processo de reflexão alargada, envolvendo colaboradores e alguns outros parceiros de caminhada aqui em Portugal – em 2015 teremos que ser capazes de criar condições para alargar essa reflexão a outros noutras geografias, em particular àqueles que em diversas etapas muito têm contribuído para construir visões de longo prazo e práticas quotidianas.

Este processo de reflexão poderia ter vários pontos de partida. Escolhemos começar com uma lista de questões – como um dos pontos de partida possíveis, que esperamos que ajudem a organizar um “caos criativo”. Por exemplo:

- procurar sistematizar o que aprendemos
- identificar os traços mais importantes do que mudou à volta (em Portugal, na UE, em África, a nível global) e que nos diz respeito
- descobrir como somos vistos de fora, sobretudo

pelos que nos interessam (o que não significa que pensem como nós)

- caracterizar as principais fragilidades, evolução e os riscos que comportam
- compreender como é possível continuar uma intervenção com uma postura política clara numa época em que as “ONGs políticas” abriram falência (mesmo as que foram suportadas pelos 2 “grandes” partidos) ou anquilosaram, a diversos níveis
- identificar os principais adquiridos e em que medida nos tornam ou não uma referência fiável
- perceber em que consiste o “softpower” numa organização pequena como a ACEP e como isso se relaciona com a dimensão crítica (em vários domínios) que nos permite relevância e impacto
- clarificar quais as áreas de intervenção que fazem hoje sentido – e como. Por exemplo que cooperação, que investigação, que advocacia e sensibilização? Numa época de “moda” da temática jornalismo e desenvolvimento, qual continua a ser a mais-valia da ACEP – se existe -? E como utilizá-la?
- e reequacionar temáticas: por exemplo, migrações é um tema que noutra época decidimos deixar para outros, mas é novamente e cada vez mais, um tema de direitos humanos
- clarificar se quando falamos em abordagem

transversal – por exemplo advocacia e sensibilização não só em Portugal mas também nos países onde trabalhamos – isso implica reequacionar a relação da ACEP com os temas de direitos humanos na sociedade portuguesa

- descobrir formas e multiplicadores para o pleno aproveitamento do que produzimos, em particular no domínio dos projectos editoriais
- perceber como gerir os recursos limitados quando se trata por exemplo da participação em redes e os limites dessa participação (por ex. na Plataforma das ONGD),

- mas também o alargamento a outras redes e desenvolvimento das actuais e de outras parcerias ou alianças (com centros de investigação, com alguns tipos de empresas com quem possa fazer sentido – não estamos a falar da construção civil... - com organizações de outros países europeus)
- e também, num quadro de recursos limitados já referido, quais as formas de melhorar as condições de envolvimento e acompanhamento da ACEP por parte de colaboradores.

Fizemos também um segundo exercício como ponto de partida para essa reflexão: aproveitando a oportunidade (e o impulso) suscitados pelo Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projectos por

parte das ONGD (criado por 4 fundações portuguesas e o CICL) de tradução para inglês de uma apresentação de ONGD, fizemos uma tentativa de construção de uma linha de tempo destes 25 anos. Construída a partir de uma escolha de marcos mais significativos - para a ACEP e para o contexto à volta - resultou uma pequena história da organização, estruturada por décadas e escolhendo para cada década uma citação (e autoria) de referência. Tentámos que essa história fosse também a história partilhada com muitas pessoas e organizações, embora não estejamos seguros de que tal objectivo esteja claramente revelado nas 30 páginas em que resultou ([consulte aqui](#)).

No entanto, este processo confronta-se e confronta-nos com o ponto em que estávamos no final de 2014, visto como uma situação que esperamos que seja conjuntural:

- um momento de grandes retrocessos à volta, que arriscam a fazer perder direitos e também capital acumulado de experiências individuais e colectivas,
- um momento em que ainda não conseguimos todos – individual e colectivamente também – encontrar as formas de governação das nossas sociedades que obriguem à prestação de contas, permitam a responsabilização efectiva e tornem menos impunes e frequentes esses “desperdícios”.

Num mundo com recursos limitados como aquele em que nos movemos, os desperdícios são cada vez mais inaceitáveis, sejam quais forem os domínios – dos recursos naturais aos recursos humanos, passando pelos recursos do conhecimento de que já dispomos hoje. E no entanto, no quotidiano de uma organização como a ACEP, existe um nível de desperdício (de recursos humanos) que nos é imposto de fora, um excesso de trabalho sem contrapartida adequada de recursos (financeiros), introduzindo distorções nos resultados do que fazemos, mesmo que deles nos orgulhemos – que seria evitáveis se as escolhas nos fossem mais possíveis do que são hoje.

Se nos lembrarmos que as organizações que têm construído a sociedade civil em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, têm na maioria, 25 a 35 anos, consciencializamos aquilo que estamos a viver na prática: uma época de transições geracionais. Esta é mais uma razão para defender direitos e legados de experiências vividas, ao mesmo tempo que procuramos que novos olhares e/ou novas formas de olhar consigam responder às causas dos bloqueios e/ou retrocessos. Algumas delas estarão seguramente nas formas de governação das nossas sociedades, realidade que precisamos - como cidadãos e como sociedade civil - enfrentar.

DO RELATÓRIO DE 2013

“O ano de 2013 veio confirmar alguns dos problemas e riscos que havíamos identificado e analisado em 2012 – ao nível das condicionantes financeiras nacionais, eventualmente agravadas (ou como resultado?) por opções políticas e visões utilitaristas (chamadas de “pragmáticas”) sobre a Cooperação para o Desenvolvimento. No caso das OSC activas, muitas viram-se empurradas para “adaptações” constantes, descapitalizadas (em recursos humanos e financeiros), disparando em todas as direcções, sem rumo claro, acentuando por vezes um “desvio para o negócio” onde antes havia o discurso da “ajuda ao desenvolvimento”. Ao mesmo tempo – em tempo de crise também de ideias – surgem novamente conceitos e iniciativas de tipo humanitário e assistencial, e assentes num voluntarismo de tempos remotos, em que boa vontade era a base suficiente de novas organizações, muitas com história efémera, mas que deixaram um rasto de “efeitos colaterais”, nomeadamente quanto a imagens estereotipadas criadas sobre o sector.

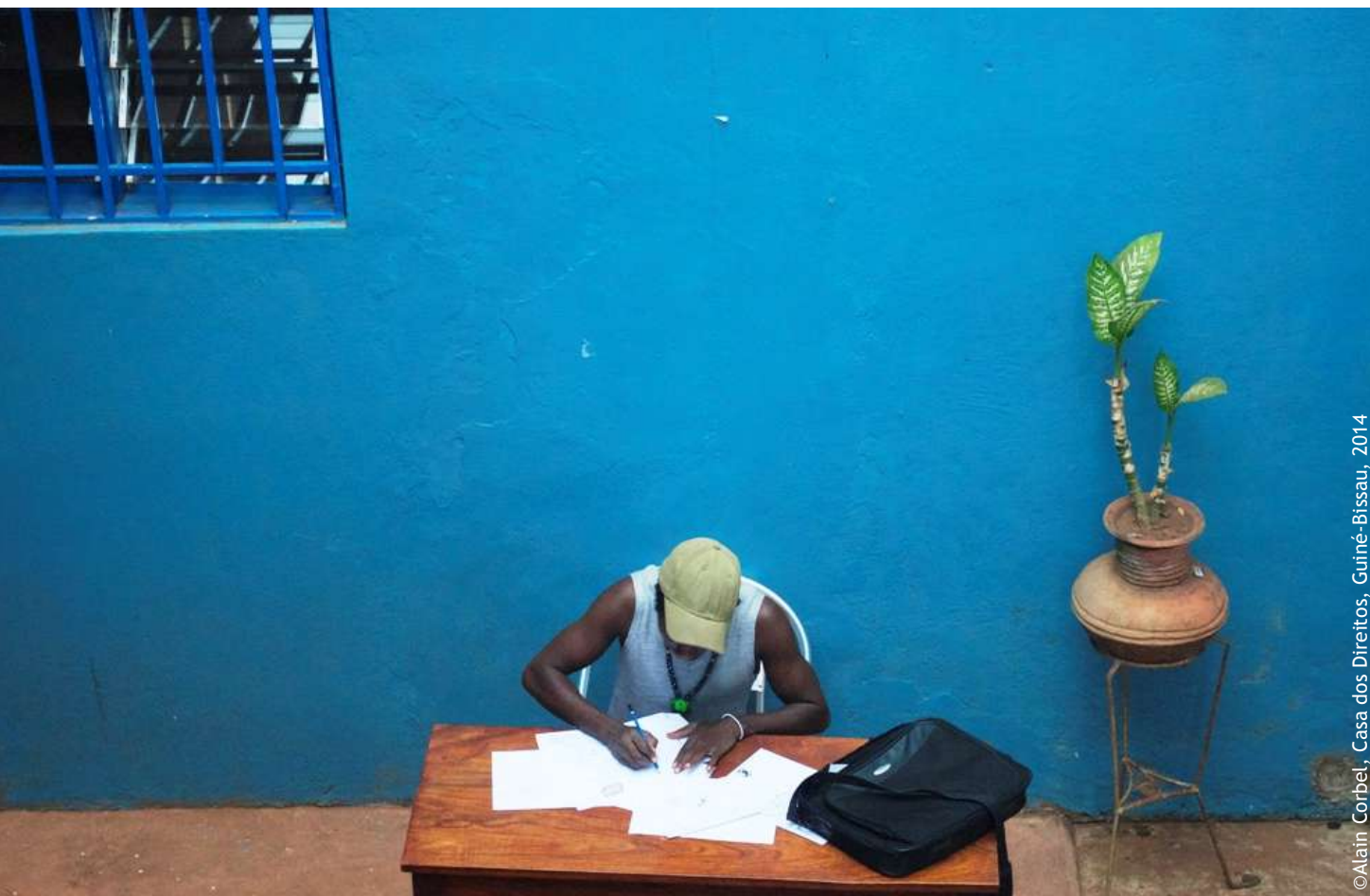
No plano institucional, a Cooperação teve um recorde de mudanças de responsável político, (3 Secretários de Estado num ano), com diferentes perfis (e exteriores ao campo), traduzindo visões erráticas e/ou escolhas de circunstância. O maior peso da política de promoção da língua está claro na instituição criada – o Camões, I.P., o que se traduziu, de facto, na anulação da instituição pública que perfigurava dezenas de anos de experiências, conhecimento, competências e relações no campo da cooperação. O papel de monitoria da AR e da Comissão Parlamentar é praticamente omissivo(...)

Para a ACEP, 2013 foi um ano em que os recursos se viram esticados ao limite, seja pelas exigências de projectos muito desafiantes mas complexos, seja pela opção de não os desenvolver com técnicos expatriados, de forma a permitir o tempo de um caminho próprio às organizações parceiras. Tal implica uma pressão maior sobre a equipa em Portugal, facto que nem sequer tem sido possível reflectir adequadamente nos orçamentos dos projectos.

A estes dois factores junta-se a colaboração que a ACEP continua a dar à Plataforma Portuguesa das ONGD, com a participação na Direcção (e responsabilidades como a da revista, por exemplo), a dinamização do Grupo AidWatch e de temas como o das relações Europa-África. É uma escolha difícil, num tempo de tanta pressão, mas cremos que corresponde, em coerência, à visão que temos da ACEP como OSC, que não vive por si, nem para si, que se assume como parte de um corpo que se pretende transformador.

2013 foi também um ano de aprofundamento da visão e das opções na cooperação, em paralelo com um processo idêntico no trabalho em Portugal. Questões como a transversalidade dos direitos humanos e da construção de uma cultura nesse domínio, apostas nas colaborações entre organizações e instituições diferentes e de diferentes naturezas, reforço da importância do trabalho de advocacia e de influência política, de construção de referenciais e de práticas coerentes na comunicação sobre estes temas, estão hoje presentes no trabalho da ACEP seja em Portugal, seja nos países onde desenvolvemos relações de cooperação (...)

PROGRAMAS E PROJECTOS



©Alain Corbel, Casa dos Direitos, Guiné-Bissau, 2014

1. PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2014

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento

site www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com

parceria ACEP Associação para a Cooperação Entre os Povos, AD Acção para o Desenvolvimento, AMIC Associação dos Amigos das Crianças, CES / NEP Centro de Estudos Sociais / Núcleo de Estudos para a Paz, CIDAC Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Fundação KAFO, LGDH Liga Guineense dos Direitos Humanos, RA Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento, RENARC Rede Nacional de Rádios Comunitárias, RENAJ Rede Nacional de Juventude, RENLUV Rede Nacional de Luta contra a Violência baseada no Género e Criança, Sini Mira Nasseque, Tiniguena - Esta Terra é Nossa e UICN União Internacional para Conservação da Natureza

financiamento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
Fundação Calouste Gulbenkian
União Europeia

A afirmação e reconhecimento da Casa dos Direitos enquanto espaço de encontro entre diferentes actores da sociedade civil - guineense e internacional - e local de intervenção na multidimensionalidade dos direitos são confirmados no terceiro ano deste projecto, através da realização de um conjunto de iniciativas e da capacidade de articulação com actividades promovidas por outros, no âmbito dos direitos humanos (como é o caso da iniciativa “Um mês de projectos para uma vida com direitos” - ver mais adiante).

Tal reconhecimento, como espaço privilegiado de promoção dos direitos humanos, da iniciativa da sociedade civil, permitiu em 2014 o estabelecimento de parcerias e contactos com outras instituições, nomeadamente com entidades da Cooperação Internacional, produzindo um terreno fértil para o aprofundamento de parcerias nesse domínio ao longo de 2015. No que diz respeito a actividades promovidas pela Casa, este terceiro ano deu particular relevo a iniciativas de formação para jovens, centradas na criação de uma cultura de direitos humanos, com



recurso a ferramentas de criação artística e comunicação (ver caixa). Também o trabalho com os jornalistas na área dos direitos humanos tem sido uma das vertentes de actuação da Casa, em articulação com outros projectos realizados por organizações que compõem o consórcio desta iniciativa (como, por exemplo, o Observatório dos Direitos, para ver mais adiante). Além das sessões com jornalistas, a Casa dinamizou ou acolheu diversos *djumbais* temáticos em 2014 com debates, conversas informais e exibição de filmes, que constituíram pretextos para reflexão sobre a situação dos direitos humanos no país e no mundo.

O modelo de relatório anual da Casa é, desde a sua primeira edição, uma publicação dedicada a um determinado conjunto de direitos. No primeiro e segundo ano da casa, os direitos das crianças e das mulheres, respectivamente, estiveram em destaque na publicação anual. Em 2014, e dada a situação política do país, considerou-se que deveria ser dedicada aos direitos cívicos, nomeadamente ao direito de acesso à justiça. Desta forma, foi realizado um

levantamento da história do edifício que alberga actualmente a Casa dos Direitos e que foi outrora uma prisão e um exemplo de violação de direitos ao longo de cerca de 60 anos. As actividades que marcaram a celebração do segundo ano da Casa (terceiro de projecto) centraram-se nos direitos cívicos dos guineenses e contaram com a participação de pessoas de referência, desde a ex-ministra da Justiça, Carmelita Pires (que entretanto foi novamente nomeada Ministra da Justiça, no governo resultante das eleições), ao escritor guineense Abdulai Silá ou o fotógrafo moçambicano Mauro Pinto, além de dezenas de membros de organizações da sociedade civil, responsáveis políticos e da cooperação internacional, bem como de jornalistas. Na ocasião, foi também inaugurada uma exposição do Mauro Pinto sobre dois espaços-prisão em Moçambique - uma prisão para crianças e jovens e um hospital psiquiátrico, ambos situados na periferia de Maputo. O espaço-memória, que conta algumas das histórias do espaço-prisão do edifício, foi inaugurado no piso subterrâneo da Casa e que procurará ser

um espaço de educação para os direitos humanos, aberto ao público e especialmente concebido para a comunidade escolar. A pensar nos mais novos, foi também em 2014 que se intensificou a ligação às escolas, promovendo a realização de visitas de estudo de estudantes e de jovens inseridos em associações de bairros da capital, em que um representante da Casa ou da LGDH, sediada no edifício, conta a história daquele espaço. Além destas visitas, a Casa é também um lugar de encontro dos mais jovens. São disso exemplo as reuniões que a Ação Cidadã, iniciativa promovida por jovens guineenses após o golpe de Estado, realizam na Casa para debater a situação do país.

A afirmação da Casa enquanto lugar de encontro da sociedade civil foi reforçada no ateliê internacional sobre redes de organizações da sociedade civil, promovido aquando das comemorações do 2.º ano. Participaram cerca de 50 representantes de OSC guineenses, que apresentaram a história do movimento e a experiência de cinco redes temáticas. Foi convidada a participar neste

ateliê a rede brasileira de OSC - a ABONG - que partilhou a sua experiência e participou nos restantes trabalhos.

O atelier foi concebido como forma de apresentação e sistematização de experiência útil para o futuro da sociedade civil guineense e para a cooperação internacional, de forma a recolher algumas lições, ultrapassar problemas que têm dificultado o trabalho em rede e fazer ganhar confiança nesta forma de trabalho colaborativo.

O ano da Casa terminou com a realização da 2.ª Feira do Livro, disponibilizando um conjunto de obras, em particular no domínio dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento. A diversificação das obras disponíveis para venda nesta Feira só foi possível graças à campanha de *crowdfunding* que a ACEP promoveu meses antes (e que arrecadou 1.272 euros) o que possibilitou não só a aquisição de alguns livros mais, bem como o seu transporte até à Guiné-Bissau. O sucesso desta iniciativa permite-nos pensar que poderá ser uma solução de recurso para reforço de algumas actividades a serem promovidas pela Casa dos Direitos no futuro.

ATELIÊS CRIATIVOS EM ILUSTRAÇÃO E FOTOGRAFIA

Em 2014, realizaram-se dois ateliês criativos dirigidos aos mais jovens. O primeiro, em técnicas de ilustração, monitorado pelo ilustrador Alain Corbel, contou com a participação de mais de uma dezena de jovens que exploraram a história recente do país através da ilustração e de entrevistas realizadas a pessoas que passaram pelo edifício da Casa dos Direitos, outrora Primeira Esquadra de Bissau. Algumas dessas ilustrações foram depois reproduzidas num mural pintado na Casa dos Direitos e serviram para ilustrar também as histórias contadas na terceira publicação da Casa.

Já o ateliê de Fotografia, que surgiu de um convite ao fotógrafo moçambicano Mauro Pinto, foi especialmente concebido para jovens membros de organizações da sociedade civil, sobretudo aquelas que trabalham no domínio da comunicação em direitos humanos na Guiné-Bissau. Ambos os ateliers contaram com o apoio da Fundação Gulbenkian.



Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos



site www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.pt

parceiros LGDH - Liga Guineense de Direitos Humanos CEaA - Centro de Estudos Sobre Africa, Ásia e América Latina

financiamento

União Europeia

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Criado em 2013, com o objectivo de contribuir para desenvolver uma cultura de Direitos Humanos na Guiné-Bissau, o Observatório dos Direitos procura melhorar o nível de conhecimento e de monitoria sobre direitos

humanos no país, favorecendo assim a acção cidadã e o respeito efectivo dos direitos. Após a constituição da equipa (coordenação nacional e antenas distribuídas pelas diferentes regiões) foram concebidos os indicadores para a recolha de dados sobre direitos humanos, num processo participativo que contou com o envolvimento de toda a equipa. Seguiu-se a recolha de dados ao longo do país, realizada pelas antenas regionais do Observatório, apoiadas por visitas de acompanhamento ao terreno, para verificar *in loco* condições de saúde, educação, justiça, saneamento e água, das diferentes regiões, incluindo Bissau. A informação recolhida nestas duas primeiras recolhas relativas a perto de 20 indicadores é reunida e sistematizada no primeiro relatório do Observatório (a ser apresentado no início de 2015), coordenado pelo Prof. Carlos Sangreman (CEaA e Universidade de Aveiro) que também dirigiu o processo de concepção da metodologia do Observatório. Este trabalho de recolha foi acompanhado por sensibilização junto das autoridades nacionais e regionais,



de forma a criar melhores condições de acesso à informação pertinente. Foi também ao longo deste ano que se iniciou um trabalho de diagnóstico de capacidades das OSC guineenses que intervêm no domínio dos direitos humanos, identificando as áreas e modalidades de formação prioritárias a desenvolver, as principais competências daquelas OSC nos domínios de sensibilização, advocacia e influência política, tendo sido também recolhidas as boas práticas neste domínio. O estudo foi elaborado pela consultora Catarina Schwarz, que analisou 18 OSC guineenses, e disponibilizado online, no site do Observatório (em 2015, está prevista a sua edição em livro). Outra das vertentes de intervenção do Observatório é o trabalho com jornalistas dos diversos tipos de órgãos de comunicação social - nacionais e comunitárias - sobre ética e comunicação em direitos humanos. Realizaram-se já diversos encontros com jornalistas guineenses para reflectir em conjunto os problemas no exercício da sua actividade no país e para debater balizas no plano ético, na comunicação sobre direitos

humanos. Nesse sentido, foi também lançada a primeira edição do Prémio *Jornalismo e Direitos Humanos*, que contou com a participação de jornalistas da rádio, televisão e imprensa. Os resultados do concurso foram divulgados a 10 de Dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, numa cerimónia presidida pelo representante da União Europeia Hannes Hauser, o Ministro da Comunicação Social guineense, Agnello Regalla, e ainda Raul Fernandes, representante do júri, e Luís Vaz Martins, Presidente da LGDH. Todos os materiais de sensibilização em direitos humanos, produzidos no âmbito do Observatório, são apresentados e disponibilizados a públicos muito diversificados - jornalistas, membros de organizações da sociedade civil, deputados e outros responsáveis políticos, e ainda autoridades tradicionais e religiosas. As actividades podem ser acompanhadas no portal do Observatório dos Direitos em www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.com.

Guiné-Bissau / Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara

parceiros RA - Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento e ATA - Associação Tropical Agrária

financiamento FCG Fundação Calouste Gulbenkian e PAANE/UE Programa de Apoio a Atores Não Estatais / União Europeia

Este projecto iniciado em Janeiro de 2013, na continuidade das intervenções da RA - Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento com a ACEP, na região de Quínara, tem contribuído para melhorar, diversificar, conservar e valorizar produções hortofrutícolas, pecuárias e de pesca daquela região, com impacto quer nos rendimentos quer na dieta alimentar das famílias. No seguimento do acompanhamento especializado nas áreas pecuária e hortícola e do trabalho de sensibilização, verificou-se, por um lado, uma redução importante da mortalidade animal, e, por outro, uma maior quantidade e diversidade dos alimentos consumidos pelas famílias. Para além da ACEP, também a ATA - Associação Tropical Agrária

realizou visitas de terreno, no sentido de acompanhar os progressos realizados na área pecuária. Numa perspectiva de reforço das capacidades técnicas e de gestão das organizações comunitárias de base, realizou-se um intercâmbio a Lémbem (sul do país) para conhecer experiências de outros, nomeadamente fogões melhorados e as técnicas de desidratação para conservação de alimentos. No âmbito do trabalho de sensibilização das comunidades para a segurança alimentar e nutricional, foram difundidos *spots* radiofónicos (através da rádio comunitária Papagaio), foram produzidos cartazes sobre higiene alimentar e animal e realizaram-se encontros, em cada um dos quatro sectores. Em termos gerais, houve um melhoramento das dietas alimentares das famílias, devido ao aumento da variedade e quantidade produtos disponíveis localmente, bem como ao trabalho de sensibilização sobre nutrição e saúde. Apesar destas melhorias, é necessário continuar a apostar em acções de sensibilização nutricional, uma vez que o arroz



continua a ser o alimento base presente a todas as refeições.

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: Comunicação, Capacitação, Advocacia



site www.sociedadecivilstp.blogspot.pt

parceria FONG-STP Federação das ONG em São Tomé e Príncipe

financiamento União Europeia e Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

O projecto de reforço institucional da Federação das ONG em São Tomé e Príncipe e das suas associadas desenvolveu um conjunto de actividades, ao longo de 2014, nos domínios da comunicação, capacitação, advocacia e

monitoria de políticas públicas, com o objectivo de reforçar as capacidades da sociedade civil santomenses nestas áreas, e assim promover uma maior participação cívica e a boa governação. O acesso a informação, em português, sobre advocacia e influência política é ainda limitado no contexto de São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, através deste projecto tem-se procurado disponibilizar um conjunto de documentação, devidamente adaptado à realidade do país, e que sirva de apoio às actividades de formação e de concepção de programas de monitoria e de influência das políticas públicas. São disso exemplo as brochuras temáticas *Manual de Advocacia para a Promoção de um Ambiente Favorável às Organizações da Sociedade Civil* ou *Orçamento e Direitos das Crianças: Um Guia de Apoio à Monitoria do Orçamento de Estado*, editadas em 2014. O boletim informativo *Sociedade Civil STP* e o *Na Imprensa*, ambos com tiragem trimestral (e disponíveis online, no site do projecto), divulgam notícias sobre as principais actividades do projecto e compilam recortes da imprensa sobre políticas públicas

em São Tomé e Príncipe, e que constituem uma ferramenta importante para a compreensão das políticas públicas que têm sido levadas a cabo em áreas como o investimento, a governação, a participação da sociedade civil, entre outras. Em matéria de comunicação, a FONG-STP, através de uma parceria com a Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe, é responsável por um programa quinzenal sobre as políticas públicas em São Tomé e Príncipe (também disponíveis em *podcast* no site do projecto), no âmbito deste projecto. Além disso, está a ser finalizada a instalação de uma rádio comunitária em Porto Alegre, sul do país, por se verificar dificuldades no acesso à informação naquela zona do território. No que diz respeito à capacitação, realizaram-se ao longo de 2014 diversas acções de formação, em contexto formal e informal, em áreas tão diversificadas como instâncias e mecanismos de participação política e social, ferramentas de comunicação para ONG (desta feita no Príncipe, depois da 1.ª formação nesta área se ter realizado em S. Tomé) ou a relação entre media, sociedade e



políticas públicas. Estas acções permitem um reforço das capacidades das OSC santomenses nestes domínios e uma participação mais activa no diálogo político e social do país. De forma a promover uma melhor articulação do trabalho das ONG, foi criada em 2013 a Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação, no âmbito deste projecto, que em 2014 realizou um intercâmbio com Angola, ficando assim a conhecer as experiências de trabalho de ONG congéneres no domínio da monitoria e da advocacia. O trabalho de pesquisa e de sistematização de boas práticas em matéria de monitoria de políticas públicas culminou no lançamento do primeiro relatório anual *Sociedade Civil, Comunicação e Advocacia em São Tomé e Príncipe* que reflecte sobre o estado actual das OSC santomenses e aponta pistas para melhorar as suas capacidades de monitoria e também de comunicação com a sociedade. Em simultâneo, este estudo, coordenado pelo jornalista Pedro Rosa Mendes, analisa o trabalho desenvolvido pela FONG-STP ao longo dos últimos anos, nas áreas de intervenção deste projecto. O ano de 2014

terminou com a realização do filme “O papel das organizações da sociedade civil no estado democrático” que iniciou um périplo por diversos distritos do país. O documentário serve de pretexto para a discussão sobre a importância da participação cidadã na vida democrática do país e sobre a qualidade da governação em São Tomé e Príncipe.



Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Meninos de rua: inclusão e inserção



parceiros **ACRIDES** Associação Crianças Desfavorecidas **AMIC** Associação dos Amigos da Criança **CRIA** Centro de Referência Integral de Adolescentes **FCJ** Fórum Comunicação e Juventude **FNF** Fundação Novo Futuro **MDM** Meninos De Moçambique **Okutiuka**

financiamento Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Alta Mane

Iniciou-se em Agosto de 2014 a terceira fase do projecto Meninos de Rua: inclusão e inserção, que conta com a inclusão da ONG brasileira CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes, enquanto parceiro. Esta nova fase pretende criar espaços de colaborações e aprofundar a articulação entre organizações da sociedade civil e instituições públicas nos diversos países, de forma a favorecer a criação/consolidação de redes informais de defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, realizou-se em 2014 o primeiro encontro entre actores públicos e da sociedade civil, na Praia, em Cabo Verde. Encontros semelhantes irão decorrer ao longo de 2015, nos restantes países. Outro objectivo desta acção é reforçar o trabalho de sensibilização e comunicação sobre direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no espaço da CPLP. Diversos debates e encontros decorreram, em Novembro, por ocasião dos 25 anos da Carta dos Direitos da Criança. Estão em preparação pequenos vídeos de sensibilização, bem como a reformulação do

blogue *Vozes de Nós* (www.vozes-de-nos.blogspot.pt), que acompanha as actividades do projecto e que, em breve, irá integrar recursos em torno desta temática.



Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe / Futuros Criativos - Economia criativa como estratégia de desenvolvimento

parceiros Plataforma das ONG's em Cabo Verde, Tiniguena - Esta Terra é Nossa! e Federação das ONG em S. Tomé e Príncipe

financiamento Fundação Portugal-África
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Este projecto iniciado no final de 2014 tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, por via da promoção da economia criativa e do reforço das capacidades dos seus actores. Trata-se de um trabalho pioneiro na Cooperação Portuguesa sobre o papel da economia e da cultura, em particular e da economia criativa mais globalmente, no Desenvolvimento, a partir de estudos e acções nestes três países. Os trabalhos tiveram início com a constituição das equipas em cada país, com o levantamento bibliográfico sobre o

tema. O trabalho de campo de realização de diagnóstico focalizado no conhecimento detalhado do sector da economia criativa nos três países africanos pretende criar as bases de dinamização e de desenvolvimento de iniciativas inovadoras em cada um dos contextos. O estudo a realizar em 2015 será apresentado num laboratório internacional que reunirá participantes dos três países na Ilha do Fogo, em Cabo Verde. Em fase posterior pretende-se realizar algumas formações especializadas em áreas prioritárias identificadas pelos diagnósticos, formular algumas pistas de estratégias e propostas de políticas nesta área, promover o intercâmbio entre acções-piloto conjuntas ou por país, de forma a promover a formação profissional especializada e o desenvolvimento de micro-iniciativas piloto.



Portugal / Aquele Outro Mundo que é o Mundo - O Mundos dos Media e o Mundo do Desenvolvimento

parceiros Associação CoolPolitics, CEsA - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina e CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

financiamento Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
Fundação Calouste Gulbenkian

A comunicação para e sobre o Desenvolvimento é, há mais de uma década, uma das áreas de actuação da ACEP. O projecto de Educação para o Desenvolvimento iniciado em 2014 surge nessa linha e tem como objectivo contribuir para melhorar a qualidade da relação entre profissionais do Jornalismo e Comunicação e profissionais do Desenvolvimento, contribuindo igualmente para melhorar a qualidade da informação veiculada nos media sobre Desenvolvimento e Cooperação. Desenvolvido em parceria com uma organização vocacionada para a dinamização da participação cívica dos jovens, nomeadamente de estudantes de

comunicação e jornalismo (COOLPOLITICS), e dois centros de investigação especializados, respectivamente, em Jornalismo (CEIS XX) e Cooperação para o Desenvolvimento (CEsA), este projecto procura também criar espaços de informação e de sensibilização especializados, dirigidos a estudantes e profissionais de jornalismo, de comunicação e da área do desenvolvimento. No último trimestre de 2014, iniciou-se a recolha bibliográfica e a concepção metodológica de um estudo-diagnóstico que se constitui como o ponto de partida para as restantes actividades. Trata-se de um estudo de opinião sobre a forma como se vêem mutuamente os profissionais dos dois campos e que aponta também algumas pistas para a melhoria desse relacionamento e, em última instância, para uma melhor informação sobre temas relacionados com o Desenvolvimento global. O estudo será posteriormente restituído e debatido em *workshops* e seminários organizados pela equipa do projecto, com a participação activa de jornalistas e profissionais da área da Cooperação e do Desenvolvimento. Além do estudo, este

projecto prevê a criação de uma proposta de referencial de boas práticas sobre cobertura mediática do Desenvolvimento, a facilitação de experiências-piloto de terreno realizadas entre jornalistas e jovens estudantes de jornalismo, e a realização de seminários em contexto de sala de aula com alunos universitários. De forma a alargar o debate público sobre a relação entre os media e o desenvolvimento, pretende-se ainda criar um modelo de grande debate anual sobre estas questões, com convidados internacionais.



2. PROJECTOS COM FINANCIAMENTO TERMINADO EM 2014

Guiné-Bissau / Um Mês de Projectos por Uma Vida com Direitos

UM MÊS DE PROJECTOS
O O O O O O O O
O O O O O O O O
O O O O O O O O
O O O O O O O O POR
UMA VIDA COM
DIREITOS

site www.porumavidacomdireitos.wordpress.com

parceria Casa dos Direitos / Guiné-Bissau

financiamento União Europeia

O reconhecimento da Casa dos Direitos enquanto espaço de realização e de promoção dos direitos humanos permitiu, em 2013-14, o reforço de parcerias com outras instituições, nomeadamente da Cooperação Internacional, que intervêm na Guiné-Bissau. Um exemplo dessa afirmação foi a proposta realizada pela Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau à ACEP e à Casa dos Direitos para a preparação de um conjunto de materiais de sensibilização sobre os projectos financiados no âmbito do Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos (IEDDH), da responsabilidade da Caritas-Guiné-Bissau, Manitese, Plan e UNICEF. São projectos relativos aos direitos das mulheres e meninas (incluindo temas como a mutilação genital feminina, casamento precoce, violência doméstica), das crianças (nomeadamente de crianças excluídas por diversos tipos de deficiência) e dos detidos (centrados nas condições prisionais de de reinserção dos detidos nas prisões de Bafatá e Mansoa). Em 2013, foram divulgados diversos materiais informativos, nomeadamente as newsletters temáticas sobre os três conjuntos

de direitos e realizados breves vídeos que documentam as actividades de cada um dos projectos (realização proposta à televisão comunitária TV Klelé). A campanha “Um mês de projectos para uma vida com direitos” culminou em Junho de 2014 com quatro sessões de debates e de exibição dos filmes documentais em torno dos projectos de direitos humanos financiados pelo IEDDH e levados a cabo por organizações guineenses e internacionais. Para ler mais em www.porumavidacomdireitos.wordpress.com.





INICIATIVAS DE CONTINUIDADE

A procura e a utilização dos materiais produzidos pela ACEP, seja por escolas ou por outras organizações da sociedade civil, tem vindo a aumentar nos últimos anos.

A ACEP procura divulgar e disponibilizar a todos os que se interessam por questões de Desenvolvimento um conjunto de materiais de qualidade, produzidos no âmbito de projectos, mas que se perpetuam para além do período de financiamento. De seguida, elencamos alguns desses exemplos.

Portugal / Alfabeto do Desenvolvimento

Do projecto no domínio da Educação para o Desenvolvimento que a ACEP desenvolveu em 2011-2012, em parceria com o Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA-ISEG/ULisboa) e a Associação In Loco,

resultou uma exposição composta por 27 painéis com três olhares distintos sobre conceitos em torno do Desenvolvimento - a perspectiva do fotógrafo, do jornalista e do académico. Esta exposição, bem como o catálogo que a acompanha, tem continuado a ser utilizada tanto a nível nacional, sobretudo em contexto escolar, como internacional, em articulação com projectos de Cooperação para o Desenvolvimento. Em 2014, a exposição esteve patente por exemplo em Arraiolos, a convite da ONGD Monte ACE - Desenvolvimento do Alentejo Central, tendo sido exibida no Agrupamento de Escolas de Arraiolos; ou em Castro Verde, em colaboração com a ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste. À semelhança de outros locais que acolheram a exposição, as sessões de inauguração da mostra foram acompanhadas por debates sobre questões relacionadas com o Desenvolvimento. O conteúdo da exposição - texto e fotos -, bem como a sua itinerância podem ser acompanhados em www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento.



Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Vozes de Nós - a exposição

As histórias de crianças em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP são retratadas em desenhos e ilustrações, na exposição *Vozes de Nós*. Sob orientação de Alain Corbel, crianças dos países parceiros do projecto “Meninos de Rua: inclusão e inserção” - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - participaram nos ateliês criativos, posteriormente reunidos no livro *Vozes de Nós*, em dois volumes. A partir dessa publicação, foi montada uma exposição com alguns desenhos e ilustrações selecionados e que agora percorrem os países da CPLP. A inauguração aconteceu em 2013, na Assembleia da República; em 2014, a mostra *Vozes de Nós* passou por São Tomé (no Centro Cultural Português) e pelo Príncipe, tendo seguido para o Huambo, em Angola. Esteve ainda na Praia (Cabo Verde), no final do ano.



Portugal / Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento

Do projecto de Advocacia e Sensibilização para o Desenvolvimento que a ACEP desenvolveu de 2009 a 2011, dirigido sobretudo a responsáveis políticos, jornalistas e profissionais de ONGD, resultou, entre outros materiais, um blogue e a uma *newsletter* que ainda hoje constituem um instrumento importante de divulgação de informação sobre Cooperação Internacional e Desenvolvimento.

Mensalmente, o blogue é actualizado com informação sobre conferências, relatórios e outros documentados editados em Portugal e a nível internacional com temáticas relacionadas com o Desenvolvimento. Mais informações disponíveis em www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt. Para subscrever a *newsletter* aceda ao site e preencha o formulário disponível na coluna da direita.



© Ana Filipa Oliveira, Lisboa, Portugal, 2014

PARTICIPAÇÃO NOUTRAS INICIATIVAS

Campanha “STOP aos Tratados Transatlânticos”

A ACEP é uma das organizações envolvidas na Iniciativa de Cidadania Europeia Auto-Organizada contra os tratados transatlânticos entre a UE e os EUA (TTIP - *Transatlantic Trade and Investment Partnership*) e a UE e o Canadá (CETA - *Comprehensive Trade and Economic Agreement*), actualmente em negociações sigilosas e ambos altamente lesivos para os direitos dos cidadãos europeus e que enfraquecem a democracia europeia, face ao poder de empresas transnacionais. A iniciativa foca-se sobretudo na mobilização dos cidadãos para a assinatura da petição “Stop TTIP” www.stop-ttip.org, que já recolheu mais de dois milhões de assinaturas por toda a Europa.

Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil



A ACEP participou na 1.^a edição do Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil, que decorreu a 20 e 21 de Fevereiro, no ISCTE-IUL. A directora da ACEP, Fátima Proença, foi uma das oradoras na sessão plenária “Desafios para o Futuro: Agenda nacional, europeia e global para um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo”. A ACEP esteve também envolvida na organização do fórum, através de Liliana Azevedo, enquanto membro da direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD. Este encontro serviu para debater os desafios da sociedade civil portuguesa no actual contexto económico e social do país.

Encontro da Sociedade Civil sobre as Relações Europa-África: Que futuro comum?



Em Abril de 2014, Bruxelas acolheu a IV Cimeira UE-África, para discutir o futuro das relações entre os dois continentes. Antes do encontro dos chefes de Estado, a sociedade civil portuguesa reuniu-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian para discutir que futuro comum para as relações entre África e a Europa. A ACEP esteve na organização do encontro (à semelhança do encontro anterior em 2007, em

Lisboa), que contou com a participação de oradores internacionais que contribuíram para o debate sobre as negociações então em curso e o papel da sociedade civil no futuro relacionamento entre os continentes. No final, foi divulgada uma Declaração Final, aprovada pelos participantes na conferência, com tomadas de posição em três áreas consideradas chave: 1) Paz, Participação Política, Direitos Humanos e Governação; 2) Desigualdades, Pobreza e Injustiça; 3) Coerência das Políticas (Cooperação para o Desenvolvimento, Migrações, Comércio Internacional e Investimento).

Campanha contra a entrada da Guiné Equatorial na CPLP

A ACEP integrou o grupo de organizações da sociedade civil que se opuseram à entrada da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. “Por uma Comunidade de valores” foi o mote da campanha contra a candidatura da Guiné Equatorial em tornar-se

membro de pleno direito da CPLP. As organizações oponentes endereçaram uma carta aberta ao Primeiro-Ministro timorense, Xanana Gusmão, na altura presidente em exercício da CPLP, na qual explicavam as razões para a sua rejeição da aprovação da entrada da Guiné Equatorial enquanto pleno membro, na Cimeira da CPLP em Díli. Também no âmbito desta campanha, a ACEP participou num encontro com o advogado defensor de Direitos Humanos na Guiné Equatorial Poncioano Mbomio Nvó (na foto, ao lado), na sede da Amnistia Internacional, em Lisboa.



A Agenda Pós-2015 e a CPLP



A ACEP participou em Fevereiro de 2014 numa tertúlia sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, organizada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito da sua XXVIII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação. A centralidade dos direitos humanos na nova agenda de desenvolvimento foi o tema escolhido pela ACEP para a sua intervenção na sessão.



A ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Participação na Direcção da Plataforma e Coordenação do Pelouro da Comunicação

Desde 2012, que a ACEP integra a Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD, através da gestora de projectos Liliana Azevedo. Em Dezembro de 2014, a ACEP assumiu um novo mandato para os próximos três anos, continuando a acompanhar o pelouro da Comunicação. Enquanto responsável por esta área, assegura a coordenação editorial da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, divulgada quadrimestralmente. Em 2014, foram editadas três Revistas: a primeira dedicada às Relações Europa-África, a segunda sobre a Educação para o Desenvolvimento, e, por fim,

© Cláudia Neto, Lisboa, 2014

sobre a Comunicação para o Desenvolvimento. Para conhecer no site da Plataforma Portuguesa das ONGD, em www.plataformaongd.pt/revista. Acompanha ainda, com regularidade, a *newsletter* institucional da Plataforma, bem como o ciclo de cinema “Direitos e Desenvolvimento - Cine ONU”, que realizou sete sessões ao longo do ano, em parceria com a UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Assegurou ainda a preparação e lançamento do blogue dos Grupos de Trabalho da Plataforma (www.gtplataformaongd.pt). Em Fevereiro, a Plataforma foi uma das co-organizadoras do Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil (www.forumredesdasociedadecivil.wordpress.com), cuja participação a ACEP liderou. Ainda em 2014, acompanhámos activamente a preparação do Ano Europeu para o Desenvolvimento (AED), e na elaboração da proposta de iniciativa da Plataforma para o AED, que culminará com a realização da Semana do Desenvolvimento, em Maio de 2015.

Coordenação do Grupo de Trabalho Aid Watch

Desde a criação do Grupo de Trabalho (GT) Aid Watch, responsável pela monitoria e pelas acções de influência política e de *advocacy*, da Plataforma Portuguesa das ONGD, que a ACEP tem mantido uma presença regular nas actividades desenvolvidas, seja individualmente enquanto responsável pela produção de materiais sobre a situação da Cooperação Portuguesa, seja com outras organizações que integram o Grupo. Em 2014, a ACEP manteve-se na coordenação do Aid Watch, contribuindo para a reflexão sobre a situação da Cooperação Portuguesa e no acompanhamento dos debates internacionais sobre a nova agenda de desenvolvimento e o futuro do financiamento para o desenvolvimento. No início de 2014, foram lançados quatro *factsheets* sobre o estado da Cooperação Portuguesa no ano anterior e sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, elaborados pela técnica de advocacia e comunicação da ACEP, Ana Filipa Oliveira,

numa sessão que contou com a presença do Vice-Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Paulo Nascimento, da Conselheira Técnica na Delegação Permanente de Portugal na OCDE, Ana Paula Fernandes, e do Presidente da Plataforma, Pedro Krupenski. Em Novembro de 2014, a ACEP representou o GT no encontro anual do grupo europeu Aid Watch da CONCORD Europe. O encontro serviu para discutir a posição da sociedade civil sobre o futuro do Financiamento para o Desenvolvimento e para apresentar o Relatório Europeu Aid Watch, na sede da OCDE, em Paris.



7 MÁSCARAS DA NOSSA COMUNICAÇÃO

Começamos por clarificar três pontos de partida desta reflexão: um primeiro é que ela é feita com um conjunto considerável de experiências no tema, mas essa não é a sua área de especialidade nem de intervenção principal; um segundo é o de que a comunicação será abordada como ferramenta das ONGD enquanto organizações cívicas; o terceiro é que o foco não é o da comunicação institucional das ONGD (ou “corporativa”, como já vimos referir em trabalhos académicos - no melhor pano cai a nódoa...), mas sim uma ferramenta importante para tornar mais efectiva a nossa intervenção, articulando a recusa de visões imediatistas de “eficácia” e a defesa dos valores que são permanentes.

A abordagem aqui é propositadamente pelo lado do que não é, não deve ser, para nós, comunicação. E simbolicamente escolhemos a ideia das máscaras. Só a escolha da 1ª máscara é propositada, para as outras a ordem é aleatória.

1ª MÁSCARA: A COMUNICAÇÃO - UMA QUESTÃO ‘TÉCNICA/CRÍATIVA’

Da definição identitária das ONGD faz parte uma matriz de valores, que são supostos enformar as nossas diversas áreas de intervenção. A comunicação, como tal, não pode ser realizada em condições diferentes, que a transformem numa questão “dos técnicos e criativos da comunicação”, algo orgânica e diria mesmo ideologicamente autónomo, dos valores em que nos revemos. Ainda mais importante, na “sociedade do espectáculo”, de que falava Debord há já 40 anos, quando ainda não estávamos afogados num mar de empresas de “comunicação”.

2ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA OCULTAR

Relembro uma das primeiras iniciativas da organização em que participo, com o objectivo de conceber formas adequadas de comunicar com a sociedade portuguesa, à volta do ano 2000 - num projecto de reportagens ilustradas, para desocultar iniciativas, pessoas, organizações, que nos PALOP, de forma persistente, corajosa, inovadora, mudam o quotidiano das suas comunidades. Não é por isso despreocupadamente que vemos iniciativas/biombo com o objectivo inverso - o de ocultar: (os nossos) problemas, erros, dificuldades, por vezes até ocultando quem somos.

3ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA COMOVER

A ideia da moral judaico-cristã (que marca culturalmente a nossa sociedade), de que somos seres humanos porque nos comovemos com a desgraça dos outros, está muito presente na comunicação de organizações que se definem como humanitárias. E o problema é exactamente qual o conceito de “humanitário” subjacente: um espelho que nos valoriza, a partir da preocupação pelos outros, diminuídos nas suas capacidades e

dignidade? O recurso à imagem fotográfica ou televisiva degradante, de crianças, velhos, ou mulheres grávidas, é por demais conhecido e nunca suficientemente repudiado.

4ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA CHOCAR

Com pontos em comum com a anterior, e recorrendo por vezes a técnicas com alguma sofisticação, com ou sem imagens, é a comunicação pelo exagero, pelo recurso aos extremos como se fossem norma, que vende a árvore pela floresta - numa lógica de “quanto pior melhor”, para eficácia imediata dos resultados pretendidos. O recurso a estatísticas, gráficos, que garantem um ar científico, é muito comum neste tipo de abordagem, que é redutora da realidade.

5ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA EXISTIR

Ou: “comunico, logo existo”, parece ser uma ideia em progressão na época da comunicação instantânea. Aqui não importa o que se comunica, para quem se comunica: importa comunicar, como prova de existência. Na época da aprovação da lei das ONGD, ter estatuto legal e um plano de actividades era demonstração suficiente de existência. Se tal não foi ainda “revogado”, hoje acrescente-se: ter um plano de comunicação ou, mais propriamente, um plano de visibilidade.

6ª MÁSCARA: COMUNICAR COMO QUEM VENDE

O recurso a algumas técnicas de campos diferentes corre o risco de permitir que se diluam fronteiras entre coisas que não são, por natureza, a mesma coisa. E a sua utilização por organizações cívicas não é indiferente - por exemplo, não é indiferente se estamos a fazer comunicação, marketing (incluindo o institucional) ou relações públicas. A publicidade, aplicada no campo em que existimos, pode vender imagem ou projectos, mas vende mais do que isso - pode vender uma parte do que somos e desumanizar o que nos move.

7ª MÁSCARA: COMUNICAR PARA COMPETIR

O crescimento do papel das ONGD, num quadro de conquista de terreno por parte da ideologia do “menos Estado” em simultâneo com o elogio da iniciativa privada, cria o risco de tornar a competição em algo dominante, transversal, configurando uma mudança da própria natureza de organizações cívicas que intervêm no desenvolvimento. É que, neste contexto, o desenvolvimento passou a ser - para muitos - um mercado e a comunicação uma ferramenta de competição pura e simples.

Fátima Proença, *in* Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD
- *Comunicação e Desenvolvimento*, Número 5, Set/Out 2014

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

No que diz respeito a instrumentos de informação, sensibilização e debate, a ACEP tem vindo a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretendem assim responder a dois tipos de necessidades:

- por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e,
- por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições. Elencamos de seguida os espaços de comunicação electrónica da iniciativa e responsabilidade da ACEP, individualmente ou partilhada com outras organizações.

_ www.acep.pt - um sítio onde se pode encontrar informação institucional sobre a acep

_ [52 Histórias \(agenda perpétua de direitos humanos\)](http://www.52historias.org)
www.52historias.org

_ [Alfabeto do Desenvolvimento](http://www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento)
www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento

_ [Casa dos Direitos / Guiné-Bissau](http://www.casadosdireitos-guineebissau.blogspot.com)
www.casadosdireitos-guineebissau.blogspot.com

_ [e-stórias d'igualdade](http://www.e-storiasdigualdade.com)
www.e-storiasdigualdade.com

_ [Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento](http://www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com)
www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com

_ [Sociedade Civil STP](http://www.sociedadecivilstp.blogspot.com)
www.sociedadecivilstp.blogspot.com

_ [Vozes de Nós - Crianças protagonistas dos seus direitos](http://www.vozes-de-nos.blogspot.com)
www.vozes-de-nos.blogspot.com

_ [Facebook](http://www.facebook.com/ACEP.ONGD)
www.facebook.com/ACEP.ONGD
www.facebook.com/estoriasdigualdade

ACEP - Há 25 anos na procura de novos caminhos



“Estar aqui. Numa época e num local preciso”. A frase de Nadine Gordimer, no discurso do Nobel em 1991, que sinaliza o ponto de partida da missão da ACEP, abre a brochura com os quase 25 anos de actividade da organização, que se completam em 2015. O documento dá a conhecer aqueles que são os marcos da organização desde os anos 90 à actualidade, ao mesmo tempo que identifica alguns acontecimentos que marcaram o contexto - nacional ou internacional - em que a ACEP intervém. Esta brochura é também o ponto de partida para uma reflexão interna e partilhada com outros sobre o caminho que a ACEP pretende trilhar nos próximos anos. Em breve será lançada uma versão em inglês, através do apoio do mecanismo de apoio às ONGD, da iniciativa da Fundação C. Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Fundação Oriente, com o apoio do Camões, I.P. e dinamizada pelo CESA-ISEG/ULisboa.

Cantos do Sul - as sugestões de leitura da newsletter da ACEP



A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades, incluindo também diversas sugestões de publicações, exposições, sítios electrónicos, entre outros instrumentos no domínio do Desenvolvimento, dos Direitos Humanos ou relativos à sociedade civil. À semelhança de 2013, elencamos as sugestões de leitura, de sites e de iniciativas divulgadas pela ACEP em 2014:

SUGESTÕES DE LEITURAS

Três relatórios para o início do ano

Neste boletim sugerimos três relatórios de temáticas diferentes e complementares, mas que marcaram o início de ano: o tema das desigualdades, o dos Direitos Humanos e o da condicionalidade da Cooperação para o Desenvolvimento. Um estudo divulgado pela Oxfam (*En Finir avec les Inégalités Extrêmes*, também em [inglês](#) e [espanhol](#)) revela que

quase metade da riqueza global está hoje concentrada em apenas 1% da população mundial. O [Relatório de 2014 da Human Rights Watch](#) (em inglês, [versão abreviada](#) em francês) reflecte sobre a necessidade de uma abordagem de Direitos Humanos na Agenda Pós-2015. Já a [Eurodad divulgou um estudo](#) exaustivo sobre os critérios actuais de definição de Ajuda Pública ao Desenvolvimento que permitem a inscrição de linhas de crédito e empréstimos concessionais, inflacionando a APD.

A Sociedade Civil e as relações Europa-África em destaque na Revista da Plataforma

Na véspera do debate em Portugal sobre o futuro das Relações Europa-África, a Plataforma Portuguesa das ONGD divulga a sua [Revista trimestral com um dossiê dedicado ao tema](#). A publicação conta com contribuições de vários actores da sociedade civil portuguesa, europeia e africana, além de rubricas temáticas de boas práticas como a *Plataforma*

Eu Acuso ou artigos de análise sobre gestão de voluntariado e o Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil, que decorreu no mês passado em Lisboa.

A Participação das mulheres na vida política da Guiné-Bissau

A necessidade de dar maior visibilidade e valorizar o papel assumido pelas mulheres enquanto protagonistas na política formal e activa, bem como no poder tradicional, foi o argumento central para a realização do estudo [Participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisão na Guiné-Bissau](#), da autoria de Miguel de Barros e Odete Costa Semedo, e editado pela UNIOGBIS, a Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau.

Relatório: ONG denunciam que África perde mais do que o Ocidente com a Ajuda ao Desenvolvimento

Um conjunto de ONG lançou recentemente o estudo *Honest Accounts? The true story of Africa's billion dollar losses* que contribui para o debate e a reflexão sobre quem ganha com a Ajuda ao Desenvolvimento canalizada para África. O continente africano tem sido sistematicamente representando como espaço que “precisa da nossa ajuda”. Neste quadro, qual o papel das ONG internacionais? E da Ajuda ao Desenvolvimento? O estudo procura desafiar a narrativa dominante em torno da Ajuda e do Desenvolvimento, ao mesmo tempo que apresenta dados sobre os fluxos financeiros que passam anualmente pelo continente africano.

Um guia rápido sobre a migração no feminino

À primeira vista, as mulheres migrantes permanecem invisíveis e silenciosas, porém representam cerca de 49 por cento dos migrantes a nível mundial e, só na Europa, mais de 52 por cento. Este breve guia, editado pela Cimade, procura retratar e mostrar

projectos no feminino, identificando os desafios e principais obstáculos que enfrentam as mulheres migrantes um pouco por todo o mundo e, em especial, na Europa.

Os Sete Sapatos Sujos, segundo Mia Couto

“À porta da modernidade precisamos de nos descalçar”. Mia Couto contou sete sapatos sujos que “necessitamos deixar na soleira da porta dos tempos novos”: 1) a ideia que os culpados são sempre os outros e nós somos sempre as vítimas; 2) a ideia de que o sucesso não nasce do trabalho; 3) o preconceito de quem critica é um inimigo; 4) a ideia de que mudar as palavras muda a realidade; 5) a vergonha de ser pobre e o culto das aparências; 6) a passividade perante a injustiça; 7) a ideia de que para sermos modernos temos que imitar os outros. Leia aqui o texto na íntegra.

SUGESTÕES DE SITES

Planeta Futuro - a secção de Desenvolvimento do *El País*

Planeta Futuro é a nova secção do jornal espanhol *El País*, dedicada a questões de Desenvolvimento. O objectivo é trazer para o debate público temas que muitas vezes não têm espaço nos media *mainstream*, embora sejam cruciais para o exercício da cidadania e para a sensibilização da opinião pública. A direcção editorial é da jornalista Lola Huete Machado, que participou na 3ª edição do Observatorio de África, coordenado pela ACEP, no âmbito do Programa Próximo Futuro, da Fundação Gulbenkian.

A liberdade de imprensa no mundo em 2014

Foi divulgado recentemente o Índice de Liberdade de Imprensa 2014, elaborado anualmente pela organização Repórteres Sem Fronteiras, e que destaca este ano o impacto

negativo das situações de conflito na informação e nos seus protagonistas. Pelo quarto ano consecutivo, a Finlândia ocupa o primeiro lugar. Num conjunto de 180 países analisados, Cabo Verde (24.ª posição) surge seis lugares à frente de Portugal (na posição 30 do *ranking*). Do universo de países de expressão portuguesa, Timor-Leste ocupa a 77.ª posição, Moçambique está em 79.º lugar, seguidos da Guiné-Bissau (86) e Angola (124). A Guiné Equatorial, que pretende a integração na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ocupa a 168.ª posição nos 180 países.

A arte pelos direitos humanos

Como colocar a arte ao serviço da educação para os direitos humanos? Entre as inúmeras respostas possíveis está o projecto *Art Works*, que utiliza o design e a arte para sensibilizar a sociedade sobre determinadas questões de direitos humanos e do ambiente. Com recurso a exposições de fotografia, filmes, gravações

áudio, livros e outras abordagens artísticas, o *Art Works* procura alertar os cidadãos para as violações sistemáticas de direitos humanos à escala global, dando especial atenção àquelas que não têm espaço nos media *mainstream*.

Everyday Africa - uma outra forma de conhecer África

Neste espaço, temos procurado divulgar projectos e iniciativas que contrariem a imagem estereotipada e miserabilista que tendencialmente passa nos meios de comunicação social *mainstream*. O *Everyday Africa* é mais um bom exemplo disso - uma África retratada por fotografos que vivem e trabalham no continente africano e partilhada em redes sociais. Para conhecer [aqui](#).

***Surprising Europe*: experiências da migração africana na Europa**

O *Surprising Europe* apresenta-se como um projecto internacional que cruza vários media para debater a questão da migração na Europa e sensibilizar sobre a vida real dos migrantes, sobretudo dos africanos, no continente europeu. Este projecto, iniciado pelo fotojornalista ugandês Ssuuna Golooba, assenta num documentário, exibido na *Al Jazeera* em nove episódios, e na plataforma digital www.surprisingeurope.com, um lugar de encontro com as histórias de migrantes africanos na Europa.

***Badilisha Poetry X-Change* - a poesia africana em todo o mundo**

É a maior colecção online de poetas africanos do mundo. Na *Badilisha Poetry X-change*, pode ouvir poesia, por exemplo, de Moçambique, da Namíbia, da Nigéria, dos Camarões, mas também de africanos na diáspora em países

como os EUA, a Alemanha ou o Reino Unido. Da iniciativa do *African Centre*, esta plataforma online surgiu em 2012, depois de três anos em formato festival, e reúne actualmente mais de 350 poetas panafricanistas de 24 países diferentes. Aqui é possível consultar todas as semanas um novo *podcast* da produção literária feita em África e na diáspora.

INICIATIVAS

Carta de Lampedusa apresentada em Portugal a 2 de maio

Na sexta-feira, 2 de Maio de 2014, será apresentada em Lisboa a Carta de Lampedusa, que apela a uma mudança de paradigma sobre a migração e alerta sobre as violações de direitos humanos decorrentes da política de imigração da União Europeia. A versão em português da Carta é divulgada na Casa da Achada (Rua da Achada 11B, Lisboa), pelas 18 horas, por Pedro Bacelar de Vasconcelos, Marta

Araújo, Manuela Ribeiro Sanches, Mamadou Ba, com moderação de José Manuel Rosendo, numa acção promovida pela associação SOS Racismo.

Editora guineense *Ku Si Mon* celebra 20 anos

A *Ku Si Mon* comemora este mês o seu 20.º aniversário. Para celebrar a data, a editora apresenta *Ema Vem Todos os Anos*, a maior colectânea de contos da Guiné-Bissau - são 23 histórias escritas por 11 autores, dos mais jovens aos já consagrados. O lançamento acontece a 27 de Junho, pelas 18 horas, no Centro Cultural Brasil, em Bissau. Consulte parte do catálogo da *Ku Si Mon*, na loja Amazon.

“Sou liberiana, não um vírus”: Uma Campanha contra o estigma do Ébola

“I’m Liberian, not a virus” é o nome de uma campanha criada pela fotógrafa e produtora de televisão Shoana Solomon, nigeriana, contra a

estigmatização provocada pelo alarme social em torno do vírus Ébola. A ideia é demonstrar que ser liberiano não é sinónimo de ser portador do vírus. Nas últimas semanas, centenas de pessoas, sobretudo nigerianos, já aderiram, divulgando vídeos e fotos nas redes sociais Facebook e Twitter com um cartaz onde se lê “I’m Liberian, not a virus”, colocando a *hashtag* *#imaliberiannotavirus*.

OS RECURSOS DA ACEP

O quadro de recursos humanos permanentes e remunerados da ACEP não sofreram alterações. Como dizíamos no relatório de 2013, a especialização da equipa, articulada com a polivalência, continuam a ser uma das chaves da capacidade de resposta e também de iniciativa, numa atitude marcada pelo procura de aprofundar, identificar novos desafios, não se ficar pelo adquirido.

No entanto em 2014 foi-se aprofundando de forma negativa a pressão sobre os recursos humanos permanentes: a diminuição de recursos disponíveis nos últimos anos tem como consequência a necessidade de realizar mais projectos e alguns com orçamentos mais pequenos. Tal tem como consequência um aumento do volume de trabalho, sem que a tal corresponda um aumento de disponibilidades financeiras para os custos de trabalho e outros, da organização.

Como dizíamos em 2013, nos tempos de incerteza financeira que vivemos, a manutenção da equipa, no pleno gozo de todos os seus direitos laborais, é um desafio de que a

ACEP não abre mão - mas o custo pago pela equipa permanente é muito alto.

Em 2014, pela 1ª vez na última dezena de anos, a ACEP teve um resultado negativo, situado em 9.837€.

Tal aconteceu, no entanto, no ano que registou o maior aumento na mobilização de novos recursos financeiros, que passaram de 302.756€ para 424.588€.

Como nota positiva também o aumento de mais de 100% dos fundos privados, que passaram de 45.820€ para 104.416€, representando um quota de 25% dos fundos, contra 15% em 2013. A quota de financiamento público português diminuiu de 32% para 21%, enquanto que a do financiamento europeu aumentou de 39% para 42% (com uma diminuição em números absolutos de cerca de 10% nos fundos públicos portugueses e aumento de 25% nos fundos europeus). A registar uma diminuição dos fundos multilaterais (de 14% para 12%).

| ENTRADA DE NOVOS RECURSOS FINANCEIROS | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|----------------|------------|
| Fundos | 2009 (€) | % | 2010 (€) | % | 2011 (€) | % | 2012 (€) | % | 2013 (€) | % | 2014 (€) | % |
| Fundos públicos portugueses | 144.421 | 42 | 220.496 | 53 | 259.306 | 60 | 159378 | 55 | 97156 | 32 | 89.643 | 21 |
| Fundos europeus | 88.727 | 26 | 57.665 | 14 | 39.120 | 9 | 58041 | 20 | 116932 | 39 | 180.527 | 42 |
| Fundos multilaterais | 71.593 | 21 | 92.295 | 22 | 58.129 | 13 | 42847 | 15 | 42847 | 14 | 50.000 | 12 |
| Fundos privados e fundos próprios | 36.922 | 11 | 39.118 | 11 | 75.641 | 18 | 31534 | 10 | 45820 | 15 | 104.416 | 25 |
| Total | 341.663 | 100 | 409.574 | 100 | 432.197 | 100 | 291800 | 100 | 302756 | 100 | 424.588 | 100 |

A ACEP continua a ter os sistemas de controle externo através de auditorias independentes aos projectos; auditoria independente à ACEP; divulgação do Relatório de actividades e contas e do relatório de auditoria no site da organização; inclusão no relatório de contas da informação sobre montantes e origens dos financiamentos.

ACEP - Associação Para Cooperação Entre Povos

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2014

| RUBRICAS | NOTAS | Montantes expressos em EURO | |
|--|-------|-----------------------------|------------|
| | | PERÍODOS | |
| | | 2014 | 2013 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente: | | | |
| Activos fixos tangíveis..... | | | 125,65 |
| Bens do património histórico e cultural | | | |
| Propriedades de investimento..... | | | |
| Activos intangíveis..... | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros... | | | |
| | | | 125,65 |
| Activo corrente: | | | |
| Inventários..... | | 11.810,52 | 7.273,77 |
| Clientes..... | | 82,81 | 207,97 |
| Adiantamentos a fornecedores..... | | | |
| Estado e outros entes públicos..... | | | |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros... | | | |
| Outras contas a receber..... | | 131.672,71 | 95.391,18 |
| Diferimentos..... | | 1.434,41 | 619,20 |
| Outros activos financeiros..... | | | |
| Caixa e depósitos bancários..... | | 71.086,66 | 89.960,04 |
| | | 216.087,11 | 193.452,16 |
| Total do Activo | | | |
| | | 216.087,11 | 193.577,81 |

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2014

| RUBRICAS | NOTAS | Montantes expressos em EURO | |
|--|-------|-----------------------------|-------------------|
| | | PERÍODOS | |
| | | 2014 | 2013 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos Patrimoniais: | | | |
| Fundos | | | |
| Excedentes Técnicos | | | |
| Reservas | | | |
| Resultados transitados..... | | 38.918,93 | 37.099,83 |
| Excedentes de revalorização..... | | | |
| Outras variações nos Fundos patrimoniais..... | | | |
| | | 38.918,93 | 37.099,83 |
| Resultado líquido do período..... | | (9.837,10) | 1.819,10 |
| Total do fundo de capital | | 29.081,83 | 38.918,93 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Provisões..... | | | |
| Provisões específicas | | | |
| Financiamentos obtidos..... | | | |
| Outras contas a pagar..... | | | |
| Passivo corrente: | | | |
| Fornecedores..... | | | 2.522,62 |
| Adiantamentos de clientes..... | | | |
| Estado e outros entes públicos..... | | 5.165,98 | 4.451,36 |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros... | | | |
| Financiamentos obtidos..... | | | |
| Diferimentos..... | | 167.141,28 | 145.575,79 |
| Outras contas a pagar..... | | 14.698,02 | 2.109,11 |
| Outros passivos financeiros..... | | | |
| | | 187.005,28 | 154.658,88 |
| Total do passivo | | 187.005,28 | 154.658,88 |
| Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo | | | |
| | | 216.087,11 | 193.577,81 |

ACEP - Associação Para Cooperação Entre Povos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

em 31 de Dezembro 2014

| RUBRICAS | NOTAS | Montantes expressos em EURO | |
|---|-------|-----------------------------|-------------|
| | | PERÍODOS | |
| | | 2014 | 2013 |
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | |
| Vendas e serviços prestados..... | | 26.756,61 | 36.207,46 |
| Subsídios, doações e legados à exploração..... | | 243.500,69 | 271.856,21 |
| Variação nos inventários da produção..... | | | |
| Trabalhos para a própria entidade..... | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas..... | | -154,36 | -37,88 |
| Fornecimentos e serviços externos..... | | -217.424,52 | -249.217,03 |
| Gastos com o pessoal..... | | -97.158,85 | -81.613,02 |
| Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)..... | | | |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)..... | | -83,10 | -50,46 |
| Provisões (aumentos/reduções)..... | | | |
| Provisões específicas (aumentos/reduções)..... | | | |
| Outras imparidades (perdas/reversões)..... | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor..... | | | |
| Outros rendimentos e ganhos..... | | 35.743,96 | 28.437,54 |
| Outros gastos e perdas..... | | -476,90 | -2.356,86 |
| Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | -9.296,47 | 3.225,96 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização..... | | -546,63 | -1.467,14 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -9.843,10 | 1.758,82 |
| Juros e rendimentos similares obtidos..... | | 7,26 | 60,71 |
| Juros e gastos similares suportados..... | | -1,26 | -0,43 |
| Resultado antes de impostos | | -9.837,10 | 1.819,10 |
| Imposto sobre o rendimento do período..... | | | |
| Resultado líquido do período | | -9.837,10 | 1.819,10 |



3